

A FUNÇÃO DA VONTADE E INTELIGÊNCIA NA LIBERDADE HUMANA

THE ROLE OF WILL AND INTELLIGENCE IN HUMAN FREEDOM

LA FUNCIÓN DE LA VOLUNTAD Y LA INTELIGENCIA EN LA LIBERTAD HUMANA

Ana Maria Dias dos Santos¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a função da vontade e da inteligência na constituição da liberdade humana à luz da tradição filosófica aristotélico-agostiniano-tomista. Busca-se compreender de que maneira a relação entre intelecto e vontade, conforme desenvolvida por Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, fundamenta a liberdade humana e a responsabilidade moral. Parte-se da hipótese de que a liberdade não se reduz à mera possibilidade de escolha entre alternativas, mas consiste na capacidade da vontade de orientar-se racionalmente em direção ao bem conhecido pelo intelecto. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza teórico-conceitual, baseada na análise de obras clássicas dos autores estudados e de produções acadêmicas contemporâneas relacionadas à filosofia moral e medieval. Os resultados evidenciam que a inteligência exerce papel determinante ao possibilitar o conhecimento da verdade e do bem, enquanto a vontade realiza a adesão livre a esse bem, tornando possível o agir moral responsável. Conclui-se que a integração entre intelecto, vontade e virtudes constitui o fundamento da liberdade autêntica, oferecendo importantes subsídios para a reflexão sobre a responsabilidade moral diante dos desafios éticos contemporâneos.

Palavras-chave: Vontade. Inteligência. Filosofia moral.

¹ Graduação em Filosofia e Língua portuguesa- professora de Filosofia no E.M. Christian Business School.

² PhD,doutora em ciências da educação,mestra em ciências da educação, especialista em escrita científica avançada, psicopedagoga,pedagoga, Professora do ensino superior e professora orientadora da Christian Business School - CBS.

ABSTRACT: This study aims to analyze the role of will and intellect in the constitution of human freedom in light of the Aristotelian-Augustinian-Thomistic philosophical tradition. It seeks to understand how the relationship between intellect and will, as developed by Aristotle, Saint Augustine, and Thomas Aquinas, provides the foundation for human freedom and moral responsibility. The study is based on the hypothesis that freedom is not merely the possibility of choosing among different alternatives but rather the capacity of the will to be rationally directed toward the good apprehended by the intellect. To achieve this objective, a bibliographical study with a qualitative approach and a theoretical-conceptual nature was conducted, based on the analysis of the classical works of the authors examined and contemporary academic studies in moral and medieval philosophy. The findings indicate that the intellect plays a decisive role by enabling the knowledge of truth and goodness, while the will freely adheres to this good, thereby making morally responsible action possible. It is concluded that the integration of intellect, will, and virtues constitutes the foundation of authentic freedom, offering significant contributions to the understanding of moral responsibility in the face of contemporary ethical challenges.

Keywords: Will. Intellect. Moral philosophy.

RESUMEN: La presente investigación tiene como objetivo analizar la función de la voluntad y del intelecto en la constitución de la libertad humana a la luz de la tradición filosófica aristotélico-agustiniano-tomista. Se busca comprender de qué manera la relación entre intelecto y voluntad, desarrollada por Aristóteles, San Agustín y Tomás de Aquino, fundamenta la libertad humana y la responsabilidad moral. La investigación parte de la hipótesis de que la libertad no se reduce a la mera posibilidad de elegir entre diferentes alternativas, sino que consiste en la capacidad de la voluntad para orientarse racionalmente hacia el bien conocido por el intelecto. Para alcanzar este objetivo, se adoptó una investigación bibliográfica, con enfoque cualitativo y naturaleza teórico-conceptual, fundamentada en el análisis de las obras clásicas de los autores estudiados y de investigaciones académicas contemporáneas sobre filosofía moral y medieval. Los resultados evidencian que el intelecto desempeña un papel decisivo al posibilitar el conocimiento de la verdad y del bien, mientras que la voluntad se adhiere libremente a ese bien, haciendo posible la acción moralmente responsable. Se concluye que la integración entre intelecto, voluntad y virtudes constituye el fundamento de la libertad auténtica, aportando

importantes contribuciones para la comprensión de la responsabilidad moral frente a los desafíos éticos contemporáneos.

Palabras clave: Voluntad. Intelecto. Filosofía moral.

INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da liberdade humana ocupa posição central na história da Filosofia, constituindo um dos temas mais relevantes para a compreensão da natureza da pessoa, da responsabilidade moral e da ação ética. Desde a Antiguidade, filósofos buscam responder de que maneira o ser humano é capaz de deliberar racionalmente, realizar escolhas e assumir responsabilidade pelos próprios atos.

Nesse contexto, a relação entre inteligência e vontade destaca-se como elemento fundamental para explicar o exercício da liberdade, uma vez que essas faculdades são tradicionalmente compreendidas como constitutivas da ação humana consciente. A permanência desse debate ao longo dos séculos demonstra que a liberdade não representa apenas um conceito abstrato, mas uma questão diretamente relacionada à constituição da vida moral, da convivência social e da dignidade da pessoa humana.

Na tradição filosófica clássica, Aristóteles estabelece os fundamentos dessa discussão ao compreender a ação humana como resultado da deliberação racional (*prohairesis*) e da formação das virtudes, defendendo que a verdadeira liberdade está associada ao exercício da razão prática orientada para o bem. Posteriormente, Santo Agostinho amplia essa perspectiva ao introduzir a dimensão da interioridade e da vontade como núcleo da responsabilidade moral, argumentando que o ser humano torna-se responsável por suas escolhas na medida em que pode ordenar ou desordenar voluntariamente seus desejos. Tomás de Aquino, por sua vez, sistematiza essas contribuições ao afirmar que intelecto e vontade constituem faculdades distintas e complementares, cuja cooperação fundamenta o livre-arbítrio e a realização da pessoa humana (ARISTÓTELES, 2015; AGOSTINHO, 1995; AQUINO, 2016).

Embora esses fundamentos tenham sido elaborados em contextos históricos distintos, permanecem relevantes para a Filosofia contemporânea. O avanço das neurociências, da psicologia cognitiva e das tecnologias digitais, especialmente da inteligência artificial, tem

reavivado o debate acerca da autonomia humana, da responsabilidade moral e dos limites da liberdade diante de condicionamentos biológicos, sociais e tecnológicos.

Autores como MacIntyre (2007) defendem a retomada da ética das virtudes como resposta à fragmentação moral característica da modernidade; Charles Taylor (2013) ressalta que a identidade e a autonomia são constituídas em horizontes compartilhados de significado; Josef Pieper (2018) reafirma a inseparabilidade entre liberdade e verdade; e Daniel Dennett (2015), sob uma perspectiva compatibilista, propõe que a liberdade pode ser compreendida mesmo em um universo regido por relações causais. Essas diferentes abordagens demonstram que a discussão permanece aberta e continua sendo objeto de intenso debate filosófico.

Apesar da ampla produção bibliográfica sobre liberdade, vontade e intelecto, observa-se que parte da literatura aborda essas categorias de maneira isolada, privilegiando análises específicas sobre o livre-arbítrio, a racionalidade ou a moralidade. Em consequência, torna-se relevante retomar o diálogo entre Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, estabelecendo interlocução com pensadores contemporâneos, a fim de compreender em que medida a articulação entre inteligência e vontade continua oferecendo fundamentos teóricos consistentes para explicar a liberdade humana e sua relação com a responsabilidade moral. É nessa lacuna interpretativa que se insere a presente investigação.

4

Diante desse contexto, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a relação entre inteligência e vontade fundamenta a liberdade humana na tradição aristotélico-agostiniano-tomista e quais contribuições essa compreensão oferece para os debates filosóficos contemporâneos sobre autonomia e responsabilidade moral?

Parte-se da hipótese de que a liberdade humana, segundo essa tradição filosófica, não consiste na simples possibilidade de escolher entre diferentes alternativas, mas na capacidade de orientar racionalmente à vontade em direção ao bem. Nessa perspectiva, intelecto e vontade atuam de forma integrada, tornando possível a deliberação consciente e a responsabilização ética pelos próprios atos. Considera-se, ainda, que essa compreensão permanece atual ao oferecer fundamentos para a reflexão sobre os desafios éticos decorrentes das transformações científicas, tecnológicas e culturais da contemporaneidade.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a função da inteligência e da vontade na constituição da liberdade humana, tomando como referência o pensamento de Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, em diálogo com autores contemporâneos da filosofia

moral. Como objetivos específicos, pretende-se: (I) examinar os fundamentos filosóficos da relação entre intelecto e vontade na tradição clássica; (II) identificar as convergências e especificidades presentes nas concepções de Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino; (III) discutir as contribuições desses referenciais para os debates atuais acerca da autonomia e da responsabilidade moral; e (IV) evidenciar a atualidade da tradição filosófica clássica diante dos desafios éticos contemporâneos.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza explicativa, fundamentada na análise crítica de obras clássicas e de literatura especializada. O procedimento metodológico consistiu na leitura, seleção, interpretação e comparação de textos filosóficos que abordam as categorias de inteligência, vontade, liberdade e responsabilidade moral, buscando estabelecer relações entre a tradição clássica e as discussões contemporâneas. A interpretação dos dados foi orientada pela análise teórico-conceitual, privilegiando o diálogo entre diferentes perspectivas filosóficas.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivo explicativo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica. A opção por esse delineamento metodológico fundamenta-se na natureza do objeto investigado, uma vez que a compreensão da relação entre inteligência, vontade e liberdade humana exige a análise crítica de conceitos filosóficos construídos historicamente e sistematizados pela tradição filosófica.

Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita o exame aprofundado de produções científicas e obras clássicas, favorecendo a interpretação de diferentes perspectivas teóricas e a construção de novos entendimentos acerca do fenômeno estudado.

O percurso metodológico foi estruturado em quatro etapas complementares. A primeira consistiu na delimitação do problema de pesquisa, na definição da hipótese e dos objetivos, buscando estabelecer um eixo de investigação capaz de orientar a seleção e a análise do material bibliográfico.

Na segunda etapa realizou-se o levantamento das fontes, priorizando obras clássicas de Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, por constituírem o referencial filosófico central deste estudo. Paralelamente, foram selecionadas publicações contemporâneas

relacionadas à filosofia moral, à ética das virtudes, ao livre-arbítrio e à responsabilidade moral, com o propósito de ampliar o diálogo entre a tradição clássica e os debates atuais.

Na terceira etapa procedeu-se à leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar categorias conceituais relacionadas ao problema de pesquisa. Foram examinados aspectos como a função do intelecto na deliberação racional, o papel da vontade na escolha moral, a concepção de liberdade humana e a relação entre essas categorias na constituição da responsabilidade ética. A análise privilegiou a comparação entre os autores, identificando aproximações, distinções e complementaridades, evitando uma abordagem meramente cronológica ou descritiva.

A quarta etapa consistiu na sistematização e interpretação dos dados obtidos por meio da análise teórico-conceitual. Nessa fase, as informações extraídas da literatura foram organizadas em categorias analíticas, permitindo estabelecer um diálogo entre os fundamentos filosóficos da tradição aristotélico-agostiniano-tomista e as contribuições de autores contemporâneos, como Alasdair MacIntyre, Josef Pieper, Charles Taylor e Daniel Dennett. Esse procedimento possibilitou compreender a permanência e a atualidade das categorias de inteligência, vontade e liberdade diante dos desafios éticos da sociedade contemporânea.

Os critérios de inclusão do material bibliográfico contemplaram obras reconhecidas pela comunidade acadêmica, traduções consolidadas dos textos clássicos, livros e artigos científicos publicados em periódicos especializados, bem como estudos contemporâneos relacionados ao tema da liberdade humana, da filosofia moral e da responsabilidade ética.

Foram priorizadas publicações recentes, especialmente dos últimos cinco anos, sem prejuízo da utilização das obras clássicas, indispensáveis para a compreensão do objeto investigado. Foram excluídos materiais de caráter opinativo, textos sem respaldo científico e publicações que não apresentassem relação direta com o problema de pesquisa.

A análise dos dados foi conduzida mediante abordagem hermenêutica e comparativa, considerando que a investigação filosófica requer interpretação crítica dos textos, reconstrução dos argumentos e confronto entre diferentes perspectivas teóricas. Conforme Severino (2017), a pesquisa filosófica não se limita à descrição das ideias dos autores, mas busca compreender os fundamentos conceituais que estruturam determinado problema e avaliar sua relevância para a produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a interpretação das obras foi orientada pelo diálogo entre tradição e contemporaneidade, permitindo examinar como os conceitos de

inteligência, vontade e liberdade permanecem significativos para a compreensão da responsabilidade moral.

Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, baseada em obras de domínio público e em literatura científica publicada, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispensa apreciação ética para pesquisas fundamentadas exclusivamente em fontes bibliográficas e documentais de acesso público.

RESULTADOS

A análise das obras selecionadas permitiu identificar que a compreensão da liberdade humana, na tradição aristotélico-agostiniano-tomista, estrutura-se a partir da relação indissociável entre intelecto, vontade e responsabilidade moral. Embora cada autor desenvolva essa temática a partir de pressupostos filosóficos próprios, verificou-se significativa convergência quanto ao entendimento de que a liberdade não pode ser reduzida à simples possibilidade de escolha, mas depende do exercício racional da inteligência e da orientação ética da vontade (ARISTÓTELES, 2015; AGOSTINHO, 1995; AQUINO, 2016).

A primeira categoria analítica identificada refere-se à função do intelecto como fundamento da deliberação racional. A análise evidenciou que Aristóteles compreende a inteligência como condição indispensável para a ação moral, uma vez que é por meio da razão prática (*phronesis*) que o indivíduo avalia os meios adequados para alcançar fins considerados bons. Esse entendimento permanece presente na tradição posterior, sendo retomado por Tomás de Aquino ao afirmar que o intelecto apresenta à vontade os bens passíveis de escolha, possibilitando que a decisão seja orientada pelo conhecimento racional (ARISTÓTELES, 2015; AQUINO, 2016). Esses resultados demonstram que, na tradição clássica, a liberdade pressupõe capacidade cognitiva e discernimento moral.

A segunda categoria analítica diz respeito à função da vontade na constituição da liberdade humana. A investigação revelou que Santo Agostinho atribui à vontade papel central na responsabilidade moral, sustentando que o ser humano se torna responsável pelos próprios atos porque possui capacidade de aderir ou afastar-se voluntariamente do bem conhecido (AGOSTINHO, 1995).

Em Tomás de Aquino, essa concepção é aprofundada pela compreensão de que a vontade constitui um apetite racional, cuja atuação depende da apreensão intelectual dos bens. Dessa forma, verificou-se que a vontade não atua de maneira independente da inteligência, mas em permanente cooperação com ela, reforçando a unidade entre conhecimento e decisão.

A terceira categoria identificada refere-se à liberdade de expressão da responsabilidade moral. A análise comparativa evidenciou que os três filósofos associam a liberdade à possibilidade de agir conscientemente e assumir as consequências das próprias escolhas. Aristóteles relaciona essa responsabilidade ao desenvolvimento das virtudes; Santo Agostinho enfatiza a dimensão interior da escolha moral; e Tomás de Aquino integra ambas as perspectivas ao compreender a liberdade como resultado da cooperação entre intelecto e vontade. Assim, constatou-se que a responsabilidade moral constitui elemento inseparável da liberdade humana na tradição filosófica investigada.

Outro resultado relevante refere-se à permanência dessas categorias no pensamento filosófico contemporâneo. A revisão bibliográfica demonstrou que autores como MacIntyre (2007), Pieper (2018) e Taylor (2013), embora inseridos em contextos distintos, recuperaram aspectos centrais da tradição clássica ao defenderem que a autonomia humana depende da formação moral, do reconhecimento da verdade e da inserção do indivíduo em horizontes compartilhados de significado.

8

Em perspectiva diversa, Dennett (2015) propõe uma compreensão compatibilista da liberdade, sustentando que a responsabilidade pode coexistir com condicionamentos naturais. Ainda que parta de pressupostos diferentes, sua análise preserva a importância da deliberação racional para explicar a ação humana.

Esses resultados evidenciam que a tradição aristotélico-agostiniano-tomista permanece teoricamente consistente para compreender a relação entre inteligência, vontade e liberdade. A investigação demonstrou que os fundamentos elaborados por esses filósofos continuam oferecendo categorias conceituais relevantes para interpretar debates contemporâneos sobre autonomia, responsabilidade moral e formação ética, confirmando a atualidade de suas contribuições para a Filosofia.

Com base na análise realizada, foi possível sistematizar os principais achados da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias analíticas identificadas na investigação

Categoria	Resultado identificado	Principais autores
Inteligência	Possibilita o conhecimento da verdade e orienta racionalmente a ação humana.	Aristóteles; Tomás de Aquino
Vontade	Realiza a adesão consciente aos bens reconhecidos pelo intelecto.	Santo Agostinho; Tomás de Aquino
Liberdade	Decorre da integração entre intelecto, vontade e responsabilidade moral.	Aristóteles; Santo Agostinho; Tomás de Aquino

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os resultados apresentados permitem afirmar que a hipótese inicialmente formulada foi confirmada, uma vez que a investigação evidenciou que a liberdade humana, na tradição aristotélico-agostiniano-tomista, fundamenta-se na atuação integrada da inteligência e da vontade. Tal compreensão ultrapassa a ideia de liberdade como simples faculdade de escolha e a interpreta como capacidade racional de autodeterminação orientada ao bem, constituindo um dos principais legados da tradição filosófica clássica para a reflexão ética contemporânea.

DISCUSSÃO

9

Os resultados desta investigação evidenciam que a liberdade humana, na tradição aristotélico-agostiniano-tomista, constitui uma realidade antropológica e moral fundamentada na atuação integrada do intelecto e da vontade. Essa constatação confirma a hipótese inicialmente formulada, segundo a qual a liberdade não pode ser compreendida como simples faculdade de escolha, mas como capacidade racional de autodeterminação orientada ao bem.

A análise das obras permitiu verificar que, embora Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino desenvolvam suas reflexões em contextos históricos distintos, há significativa convergência quanto ao entendimento de que a responsabilidade moral depende da cooperação entre conhecimento, deliberação e decisão voluntária (ARISTÓTELES, 2015; AGOSTINHO, 1995; AQUINO, 2016).

A primeira categoria analítica identificada refere-se ao papel do intelecto como fundamento da deliberação racional. Os resultados demonstraram que Aristóteles compreende a razão prática (*phronesis*) como condição necessária para a escolha moral, uma vez que somente por meio do discernimento racional é possível identificar os meios adequados para a realização

do bem. Essa compreensão é retomada e aprofundada por Tomás de Aquino, ao afirmar que o intelecto apresenta à vontade os bens passíveis de escolha, tornando possível a decisão livre e consciente (AQUINO, 2016).

Essa convergência reforça a interpretação de que a liberdade, na tradição clássica, não se opõe à racionalidade, mas dela depende para seu exercício pleno. Conforme observa MacIntyre (2007), a racionalidade prática somente pode ser compreendida no interior de uma tradição ética orientada pelas virtudes, aspecto que aproxima sua interpretação da concepção aristotélica analisada nesta pesquisa.

No que se refere à vontade, os resultados evidenciaram que sua função não consiste em agir de forma independente da inteligência, mas em realizar, de maneira livre, aquilo que foi previamente reconhecido como bem pela razão. Em Santo Agostinho, a vontade representa o núcleo da responsabilidade moral, pois é nela que o sujeito adere ou se afasta do bem conhecido (AGOSTINHO, 1995).

Tomás de Aquino amplia essa compreensão ao definir a vontade como um apetite racional, cuja operação pressupõe o conhecimento intelectual do objeto desejado (AQUINO, 2016). Os resultados obtidos corroboram essa interpretação ao demonstrarem que intelecto e vontade constituem faculdades complementares e reciprocamente dependentes. Essa perspectiva também encontra respaldo em Pieper (2018), para quem a liberdade somente alcança sua plenitude quando permanece vinculada à verdade, evitando que a autonomia seja reduzida ao atendimento imediato dos desejos individuais.

Outro aspecto evidenciado pela investigação diz respeito à compreensão da liberdade como fundamento da responsabilidade moral. A análise comparativa revelou que, para Aristóteles, a liberdade está relacionada à formação das virtudes e ao aperfeiçoamento do caráter; em Santo Agostinho, à orientação interior da vontade; e, em Tomás de Aquino, à integração entre inteligência e vontade na realização do bem.

Embora apresentem ênfases distintas, os três filósofos convergem ao afirmar que a responsabilidade decorre da capacidade humana de deliberar e agir conscientemente. Essa conclusão aproxima-se das reflexões de Charles Taylor (2013), que compreende a autonomia como construção desenvolvida em horizontes compartilhados de significado, rejeitando concepções individualistas de liberdade desvinculadas de referências éticas e culturais.

Os resultados também demonstraram que a tradição filosófica clássica continua oferecendo importantes contribuições para os debates contemporâneos acerca da liberdade. Em um contexto marcado pelo desenvolvimento das neurociências, da inteligência artificial e das teorias deterministas da ação humana, torna-se recorrente o questionamento sobre a existência do livre-arbítrio e da responsabilidade moral. Nesse cenário, a tradição aristotélico-agostiniano-tomista apresenta uma compreensão segundo a qual a racionalidade permanece condição indispensável para a liberdade, preservando a possibilidade de imputação moral das ações humanas.

Ainda que Daniel Dennett (2015) proponha uma interpretação compatibilista baseada em pressupostos naturalistas, sua teoria mantém a importância da deliberação racional como elemento essencial da responsabilidade, revelando um ponto de aproximação com a tradição clássica, apesar das diferenças antropológicas que distinguem ambas as perspectivas.

A discussão dos resultados permite afirmar, ainda, que a principal contribuição desta pesquisa consiste em evidenciar a unidade conceitual existente entre inteligência, vontade e liberdade na tradição aristotélico-agostiniano-tomista. Embora esses conceitos frequentemente sejam analisados de maneira isolada na literatura especializada, a investigação demonstrou que sua compreensão integrada oferece explicações mais consistentes para a fundamentação da responsabilidade moral. Esse resultado amplia a compreensão do problema investigado ao demonstrar que a liberdade não decorre exclusivamente da vontade nem exclusivamente da inteligência, mas da cooperação dinâmica entre ambas, orientada pela busca do bem.

11

Outro aspecto relevante refere-se ao diálogo estabelecido entre autores clássicos e contemporâneos. Em vez de compreender a tradição filosófica apenas como patrimônio histórico, a pesquisa evidenciou que seus fundamentos permanecem epistemologicamente fecundos para interpretar desafios éticos atuais.

Questões relacionadas à autonomia decisória, à responsabilidade diante de sistemas inteligentes, à manipulação comportamental por algoritmos e aos limites da autodeterminação humana podem ser analisadas à luz das categorias filosóficas desenvolvidas por Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Essa interlocução reforça a atualidade da tradição clássica e amplia sua contribuição para os debates contemporâneos em ética e filosofia moral.

Entretanto, os resultados devem ser interpretados considerando as limitações da investigação. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica, as conclusões decorrem da análise

crítica de obras filosóficas e de literatura especializada, não envolvendo procedimentos empíricos capazes de verificar a aplicação prática dessas categorias em contextos sociais específicos.

Além disso, a investigação concentrou-se em uma tradição filosófica particular, sem contemplar de forma aprofundada outras perspectivas relevantes sobre liberdade, como aquelas desenvolvidas pela fenomenologia, pelo existencialismo ou pelas correntes analíticas contemporâneas. Essas limitações não comprometem a validade dos resultados, mas delimitam seu alcance interpretativo.

Diante disso, considera-se que futuras pesquisas poderão ampliar o diálogo entre a tradição aristotélico-agostiniano-tomista e outras áreas do conhecimento, especialmente a neurociência, a psicologia moral, a filosofia da mente e a ética da inteligência artificial. Investigações interdisciplinares dessa natureza poderão contribuir para aprofundar a compreensão dos processos de deliberação, autonomia e responsabilidade moral em sociedades cada vez mais influenciadas por transformações científicas e tecnológicas.

Em síntese, a discussão desenvolvida confirma que a tradição aristotélico-agostiniano-tomista permanece teoricamente consistente para explicar a liberdade humana como resultado da integração entre inteligência e vontade. O diálogo estabelecido com a filosofia contemporânea demonstra que, apesar das diferentes abordagens acerca da autonomia e do livre-arbítrio, continua amplamente reconhecida a importância da racionalidade para a constituição da responsabilidade moral. Dessa forma, a pesquisa reafirma a atualidade desse legado filosófico e sua relevância para a compreensão dos desafios éticos que caracterizam a sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a função da inteligência e da vontade na constituição da liberdade humana, tomando como referência a tradição aristotélico-agostiniano-tomista e estabelecendo interlocução com contribuições da filosofia moral contemporânea. A investigação partiu do problema de compreender de que maneira a relação entre intelecto e vontade fundamenta a liberdade humana e quais contribuições essa concepção oferece para os debates atuais acerca da autonomia e da responsabilidade moral.

Os resultados obtidos permitiram responder ao problema de pesquisa e confirmar a hipótese inicialmente formulada. A análise crítica das obras de Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino evidenciou que a liberdade humana não pode ser compreendida como mera faculdade de escolha ou expressão da vontade individual, mas como uma capacidade racional de autodeterminação orientada ao bem.

Verificou-se que o intelecto e a vontade atuam de forma complementar: o intelecto possibilita o conhecimento e o discernimento dos bens possíveis, enquanto a vontade realiza a escolha livre e consciente. Essa integração constitui o fundamento da responsabilidade moral e da ação ética, reafirmando a centralidade da racionalidade na tradição filosófica investigada.

A pesquisa também demonstrou que, embora inseridos em contextos históricos distintos, Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino compartilham uma compreensão convergente acerca da liberdade como realidade inseparável da razão e da responsabilidade moral.

Ao mesmo tempo, o diálogo estabelecido com autores contemporâneos, como Alasdair MacIntyre, Josef Pieper, Charles Taylor e Daniel Dennett, permitiu identificar que as discussões clássicas permanecem relevantes para a filosofia atual. Ainda que esses pensadores adotem pressupostos teóricos distintos, todos reconhecem, em diferentes perspectivas, que a deliberação racional continua sendo elemento indispensável para compreender a autonomia e a imputabilidade das ações humanas.

13

Uma das principais contribuições deste estudo consiste em demonstrar que a tradição aristotélico-agostiniano-tomista oferece um modelo interpretativo capaz de integrar inteligência, vontade e liberdade em uma mesma estrutura conceitual, superando abordagens que analisam essas categorias de maneira isolada.

Essa compreensão evidencia que a liberdade humana não se realiza pela simples ausência de restrições externas, mas pela capacidade de conhecer, deliberar e escolher responsavelmente, orientando a vontade em conformidade com aquilo que a razão reconhece como bem. Dessa forma, a investigação contribui para reafirmar a atualidade da tradição filosófica clássica na compreensão dos fundamentos da responsabilidade moral.

Além de responder ao problema proposto, a pesquisa amplia a reflexão sobre a permanência dessas categorias filosóficas diante dos desafios éticos contemporâneos. Em um cenário marcado pelo avanço das neurociências, da inteligência artificial, da automação dos

processos decisórios e pelas discussões acerca dos limites da autonomia humana, os fundamentos elaborados por Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino revelam-se instrumentos teóricos relevantes para analisar questões relacionadas à dignidade da pessoa, à responsabilidade pelas ações e à formação ética dos indivíduos. Nesse sentido, a investigação evidencia que a tradição filosófica clássica continua oferecendo referenciais conceituais consistentes para interpretar problemas que ultrapassam o contexto histórico em que foram originalmente formulados.

Entretanto, reconhecem-se as limitações inerentes ao percurso metodológico adotado. Por tratar-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise de obras clássicas e da literatura especializada, os resultados refletem uma interpretação teórico-conceitual do objeto investigado, não envolvendo procedimentos empíricos que permitam observar a aplicação desses fundamentos em contextos sociais específicos.

Além disso, o estudo concentrou-se na tradição aristotélico-agostiniano-tomista, não abrangendo outras correntes filosóficas que também desenvolveram reflexões relevantes sobre a liberdade, como o existencialismo, a fenomenologia ou determinadas abordagens da filosofia analítica.

Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem o diálogo entre a tradição filosófica clássica e áreas como a neurociência, a psicologia moral, a filosofia da mente, a ética aplicada e a inteligência artificial. Investigações interdisciplinares poderão contribuir para compreender de que maneira os conceitos de inteligência, vontade e liberdade podem ser reinterpretados frente às transformações tecnológicas, culturais e científicas da contemporaneidade, preservando sua relevância para a reflexão filosófica e para a fundamentação da responsabilidade moral.

Conclui-se, portanto, que a liberdade humana, conforme compreendida pela tradição aristotélico-agostiniano-tomista, constitui uma realidade inseparável da integração entre intelecto e vontade. Longe de representar uma faculdade arbitrária ou um ato puramente espontâneo, a liberdade manifesta-se como capacidade racional de autodeterminação orientada ao bem, tornando possível a responsabilidade moral e a realização ética da pessoa humana. Ao evidenciar a permanência e a atualidade desses fundamentos, esta pesquisa reafirma que o legado filosófico de Aristóteles, Santo Agostinho e Tomás de Aquino continua oferecendo

contribuições relevantes para a compreensão dos desafios éticos da sociedade contemporânea e para o fortalecimento do debate filosófico sobre a liberdade humana.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **O livre-arbítrio**. Tradução de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica: volume I – parte I**. São Paulo: Loyola, 2016.

ARISTÓTELES. **De anima**. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2011.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Antônio de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2015.

DENNETT, Daniel C. **Elbow Room: the varieties of free will worth wanting**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 2015.

FINNIS, John. **Natural law and natural rights**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude: um estudo em teoria moral**. Tradução de Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2007.

PIEPER, Josef. **As virtudes fundamentais**. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

STUMP, Eleonore. **Aquinas**. London: Routledge, 2003.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 2013.